



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º 23479.011081-2016-66

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	CATMAT	QUANT.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALORMÉDIO TOTAL
1	ACUCAR - FARDO	AÇÚCAR, TIPO CRISTAL, COMPOSIÇÃO ORIGEM VEGETAL, SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR - FARDO COM 30 PACOTES DE 1 KG.	395794	8	FARDO	R\$ 127,25	R\$ 1.018,00
2	ACUCAR CRISTAL - 2 KG	AÇÚCAR CRISTAL, PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 2 KG. COMPOSIÇÃO ORIGEM VEGETAL, SACAROSI DE CANA DE AÇÚCAR	240709	785	PACOTE	R\$ 8,42	R\$ 6.605,78
3	ACUCAR REFINADO GRANULADO - SACHE 5 GRAMAS	AÇÚCAR EM SACHÊ DE 5G CONTENDO AÇÚCAR REFINADO GRANULADO, CAIXA COM 1000 UNIDADES	236247	83	CAIXA	R\$ 23,66	R\$ 1.963,78
4	AGUA MINERAL	AGUA MINERAL, ENVASADA EM GARRAÇÃO DE 20 LITROS, MATERIAL POLIPROPILENO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES, LACRADOS, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, COM MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM DO PRODUTO.	9873	5581	GARRAÇÃO	R\$ 10,23	R\$ 57.112,23
5	CAFE MOIDO VACUO	CAFE, TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, TIPO EMBALAGEM ALTO VÁCUO, COM SELO DE PUREZA E COM NOTA DE QUALIDADE GLOBAL IGUAL OU SUPERIOR A 5,0 PONTOS (RESOLUÇÃO SAA Nº 19, DE 05/04/2010.).	9725	1530	KG	R\$ 23,33	R\$ 35.687,25
6	COPO DESCARTAVEL 180 ML	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE 180, APLICAÇÃO ÁGUA/SUCO E REFRIGERANTE. QUANTIDADE 100	226343	2037	PACOTE	R\$ 3,57	R\$ 7.278,88
7	COPO DESCARTAVEL 200 ML	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE 200, APLICAÇÃO ÁGUA/SUCO E REFRIGERANTE, QUANTIDADE 100	226345	683	PACOTE	R\$ 3,94	R\$ 2.693,30
8	COPO DESCARTAVEL 50 ML	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE 50, APLICAÇÃO CAFÉ. QUANTIDADE 100.	226342	473	PACOTE	R\$ 2,46	R\$ 1.162,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

9	DISPENSER PARA COPO PLÁSTICO	DISPENSER PARA COPO PLÁSTICO, MATERIAL METAL, USO COPOS DESCARTÁVEIS COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 50 ML, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, MEDIDAS APROXIMADAS: DIÂMETRO 55 MM, COMPRIMENTO 490 MM, CAPACIDADE PARA 100 COPOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA REMOVÍVEL E FIXADO COM PARAFUSO/BUCHA	266053	22	UNIDADE	R\$ 26,90	R\$ 591,80
10	DISPENSER PARA COPO PLÁSTICO P/ 180 ML	DISPENSER PARA COPO PLÁSTICO, MATERIAL METAL, USO COPOS DESCARTÁVEIS, CAPACIDADE COPO 180, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, DIÂMETRO 75, COMPRIMENTO 490, CAPACIDADE 100, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA REMOVÍVEL E FIXADO COM PARAFUSO/BUCHA	266058	27	UNIDADE	R\$ 35,65	R\$ 962,55
11	FILTRO PARA CAFÉ	COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL PAPEL, TAMANHO 103	237590	555	CAIXA	R\$ 6,26	R\$ 3.474,30
12	GARRAFA TÉRMICA	GARRAFA TÉRMICA 1000ML ALTURA APROXIMADA: 35 CM. COM PULSADOR, MATERIAL PLÁSTICO, NA COR PRETA, FORMATO CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA A PRESSÃO E AMPOLA EM VIDRO, COM ALÇA MÓVEL. PRODUTO DE 1ª LINHA	385400	18	UNIDADE	R\$ 99,53	R\$ 1.791,54
13	GARRAFA TÉRMICA INOXIDÁVEL	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 1, ALTURA 32, FORMATO CILÍNDRICO, DIÂMETRO BASE 10, DIÂMETRO TAMPA 9, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PRESSÃO E ALÇA	275681	22	UNIDADE	R\$ 97,39	R\$ 2.142,51
14	GARRAFÃO 20 LITROS	VASILHAME PARA ACONDICIONAMENTO DE AGUA MINERAL, GARRAFÃO DE 20, MATERIAL POLIPROPILENO, RETORNÁVEL. NOVO. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS	229112	255	UNIDADE	R\$ 22,87	R\$ 5.831,00
15	GUARDANAPO DE PAPEL	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, LARGURA 20, COMPRIMENTO 20, COR BRANCA - PACOTE COM 50 UND.	304403	482	PACOTE	R\$ 2,94	R\$ 1.417,08
16	TALHER DESCARTAVEL	TALHER DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO MEXEDOR DE CAFEZINHO, COR CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE, COMPRIMENTO 9, PACOTE 500 UND.	355015	176	PACOTE	R\$ 21,02	R\$ 3.700,11
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 133.432,10 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS)							

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Faz-se necessária a presente aquisição dos materiais listados acima referente as requisições geradas pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC referente a 2ª Agenda de Compras para Material de Consumo, cujo objetivo e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

melhorar a qualidade da oferta do ensino desta Universidade, dentro das suas unidades administrativas e acadêmicas.

2.2. Para o planejamento deste Termo de Referência e a quantificação dos custos dos materiais, levou-se em conta as quantidades estimadas cadastradas pelos Gestores ou servidores designados das Unidades acadêmicas e administrativas da Unifesspa, por meio das requisições inseridas no SIPAC. Cada requisição das unidades levou em consideração a demanda prevista no planejamento institucional, estando de acordo a atividade finalística da Unifesspa.

2.3. Vale ressaltar, que após a assinatura das Atas de Registros de Preços e antes da concretização da ordenação de despesa, as unidades requisitantes terão que novamente justificar, motivadamente, cada solicitação de serviço de maneira pertinente e específica, e esta deverá estar em conformidade com as ações institucionais e acadêmicas para serem aprovadas pelo gestor da Ata e pelo ordenador.

2.4. Este processo de aquisição faz parte das ações do planejamento estabelecido pela Diretoria de Compras, Contratos e Convênios no 1º semestre de 2016, para a realização da 2ª Agenda de compras de Material de Consumo da Unifesspa, cujo objetivo é atender as demandas das unidades acadêmicas e administrativas da Universidade para garantir uma prestação de serviços de excelência e qualidade.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

3.2. De acordo com o art. 1º da Lei 10.520/2002, para a aquisição de materiais de consumo, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, já que estes produtos são de uso comuns e se enquadram dentro dos padrões de desempenho e qualidade usuais do mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Após realizado o empenho para o fornecedor, o prazo de entrega dos bens não pode ser superior à 30 (trinta) dias, contados do (a) recebimento da Autorização de Fornecimento referente, em remessa parcelada, observando-se que o fornecimento do item 4 obedecerá a cronograma posteriormente enviado ao licitante vencedor pelo Almoxarifado da Unifesspa.

4.2. Os materiais referentes a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA deverão ser entregues no Almoxarifado da Unifesspa, localizado na Cidade de Marabá/PA, no horário de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas. Fone: 094 2101-7122. O endereço da entrega dos itens será informado na Autorização de Fornecimento enviada aos Fornecedores.

4.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente após efetuada a entrega pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 10.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
DIRETORIA DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

- 10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 10.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Marabá (PA), 16 de novembro de 2016.

Elaborado por:

RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
Coordenador de Compras
Port. nº.475/2015

LEANDRO MAIA TEIXEIRA
Chefe da Divisão de Compras e Serviços
Port. 1.056/2015

MARCELE JULIANE ALVES MENEZES
Diretora de Compras, Contratos e Convênios